

# Tempo de desacordo

Tribunal de Contas pede a suspensão da medida que retira da Orquestra Filarmônica a gestão da Sala Minas Gerais; deputada do PV marca audiência pública para tratar do tema

MARIANA PEIXOTO E LUCAS LANNA RESENDE

O novo round do imbróglgio sobre a gestão da Sala Minas Gerais envolve o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

Na última terça-feira (9/4), representação assinada pelo conselheiro Durval Ângelo intimou o diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Thiago Coelho Toscano, a prestar esclarecimentos sobre o acordo de gestão compartilhada da sala assinado há cinco dias entre Codemig e a Federação das Indústrias de Minas Gerais.

No pacote também entrou o Espaço Mineiraria, voltado para a promoção da gastronomia, e o estacionamento, de três pavimentos. Por meio deste acordo, eles seriam, a partir de julho, geridos pelo Sesi Minas, o braço social da Fiemg.

Os espaços, no Barro Preto, integram o Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, de propriedade da Codemig. Desde a sua inauguração, em fevereiro de 2015, a Sala Minas Gerais e o estacionamento são geridos pelo Instituto Cultural Filarmônica, em um modelo de parceria público-privado. O contrato de gestão do ICF, vigente desde julho de 2020, está válido até dezembro deste ano.

A Sala Minas Gerais é um dos equipamentos que compõem o Programa de Gestão de Portfólio da Codemig. Só que, em outubro de 2023, o TCE-MG recomendou que a Codemig suspendesse a continuidade deste programa, inclusive a assinatura de contratos resultantes de licitações, até a apreciação final do mérito.

De acordo com o conselheiro Durval Ângelo, deve ser apurada a "legalidade dos atos administrativos praticados pelo corpo diretivo da Codemig no âmbito do Programa de Gestão de Portfólio, uma vez que existem indícios de que o objetivo desse programa não é o desinvestimento de determinados ativos da Companhia, mas, sim, a sua privatização, sem a necessária autorização legislativa".

O conselheiro ainda recomendou que a Codemig se abstenha de praticar qualquer ato referente ao acordo de cooperação com a Fiemg/Sesi Minas, até a análise final de toda a documentação.

## PEDIDO DE AUDIÊNCIA

O assunto também repercutiu no legislativo estadual. A deputada Lohanna (PV), junto ao bloco da Democracia e Luta — composto por parlamentares de oposição ao Governo Zema — solicitou audiência pública na Comissão de Cultura para tratar da questão. O



A SALA MINAS GERAIS, INAUGURADA EM 2015, NO BARRO PRETO, É DESDE ENTÃO A SEDE DA ORQUESTRA FILARMÔNICA

## “TRANQUILIDADE PARA A GESTÃO”

Ao anunciar a parceria entre a Codemig e a Fiemg, o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, afirmou que a medida “vai dar para a sala e para a Filarmônica maior tranquilidade para a gestão desse espaço, que fica hoje em torno de R\$ 4,5 milhões (anuais)”. Em nota, o secretário afirmou que “a Sala Minas Gerais é de propriedade da Codemig e cabe a ela, na forma da lei, fazer a gestão do espaço. No entanto, é consenso que a prioridade da sala seja de uso da Filarmônica. O contrato de gestão deverá ser renovado conforme ajustado entre a Filarmônica e o governo de Minas, sob intervenção da Secult-MG”.

Flávio Roscoe, presidente da Fiemg, publicou no Instagram vídeo em que afirma que “no final do ano passado, o governo de Minas Gerais nos procurou e que a própria Filarmônica não tinha interesse na manutenção do contrato com a Sala Minas Gerais”. Diz ainda que “nas tratativas entre Codemig e Sesi-MG, mantivemos informado o conselho do instituto (Filarmônica) a respeito destas tratativas”.

encontro será na próxima terça-feira (16/4), às 15h30.

“Qual o objetivo de se mudar a gestão da Sala Minas Gerais? Como a Fiemg foi escolhida nesse processo? E quais as formas que a gente tem para rever esse processo? Porque a Sala Minas Gerais foi pensada para receber a Filarmônica”, são algumas das dúvidas da deputada, que serão debatidas no encontro.

“O que a gente percebe é que as coisas são feitas de maneira muito atabalhoada. Não houve conversa com a Comissão de Cultura antes. É mais uma interferência do poder econômico na gestão em Minas Gerais”, afirmou Lohanna ao Estado de Minas.

Para ela, faltou fato por parte do governo estadual para com a coisa pública, colocando o interesse econômico acima do interesse do povo mineiro. O resultado, na opinião de Lohanna, é a transformação da Sala Minas Gerais em “um verdadeiro salão de festas da Fiemg”.

Na sociedade civil, o acordo continua repercutindo mal. Em carta aberta ao governador Romeu Zema (Novo), a Academia Brasileira de Música, que reúne 11 orquestras do Rio de Janeiro, se solidarizou com os colegas da Filarmônica.

“Ao expulsar a orquestra de sua sede e abrir espaço para que a Sala Minas Gerais receba espetáculos não condizentes com uma sala de concertos, o Governo do Estado de Minas Gerais comete um grave erro e uma tremenda injustiça, interferindo deletariamente no desenvolvimento artístico da orquestra”, escreveram os músicos.

Segundo o acordo assinado no último dia 5/4, a Orquestra Filarmônica deverá desocupar todos os espaços da Sala Minas Gerais até 31 de julho.

## “GRANDE PERPLEXIDADE”

Na Sala Minas Gerais, a vida corre, a despeito das intempéries. Ontem, houve ensaio para os concertos desta quinta (11/4, este com transmissão pelo canal da Filarmônica no YouTube) e sexta (12/4), às 20h30.

Com o diretor artístico e regente titular Fabio Mechetti à frente, a orquestra vai executar a “Sinfonia nº 7”, de Bruckner, e o “Duetto-concertino”, de Richard Strauss. Esta peça terá como solistas o clarinetista Marcus Julius Lander e o fagotista Adolfo Cabrerizo, chefes de naipe da orquestra.

Também ontem a Filarmônica enviou a todos os assinantes um comunicado. No texto, assinado por Diomar Silveira, presidente do Instituto Cultural Filarmônica, e por Mechetti, foi reafirmada a “grande perplexidade” diante da assinatura do acordo.

“Seja pela ausência de informações anteriores, seja por não ter havido participação de qualquer membro da diretoria do ICF em qualquer fase das negociações, além do fato de ser o ICF o gestor da Filarmônica e da Sala Minas Gerais, por força do Contrato de Gestão, assinado entre o ICF e a Secult e com vigência até o dia 31/12/2024”.

No texto, também é destacado que o ICF nunca teve a intenção de entregar a sala a qualquer outro gestor, “mas, sim, buscar parcerias para enfrentar as necessidades orçamentárias, além da renovação, no final deste ano, do contrato de gestão vigente”.

O comunicado fala que uma parceria com outras instituições poderia “ser oportuna, desde que seja para contribuir nos esforços que o ICF vem empreendendo em favor da sustentabilidade da Filarmônica”. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Cultura Pagina: 22